

2025: o ano da normalização do anormal

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário



Já estamos no futuro? Pois ele me parece bem diferente do que tudo o que costumavam nos prometer no passado. Nos diziam que, no século 21, tudo seria "atômico" (termo da época para designar a modernidade), que os carros deslizariam pelo ar, que a comida se resumiria a pilulas coloridas, que viajariam à Lua com a velocidade do pensamento. Tirando o russo Putin, que não se cansa de nos lembrar que ele a possui, a arma atômica saiu do noticiário. Carros continuam se arrastando no engarrafamento insano das metrópoles. A comida continua baseada em prosaicos arrozes e feijões. Apesar de uma ou outra nave enviada à Lua, o astro continua mais ao alcance dos namorados que dos turistas.

Mas que diferença há, então, entre hoje e algumas décadas atrás? Vivíamos na quase certeza de que uma guerra entre nações da Europa e da América fosse fantasma do passado, devidamente exorcizado e enterrado. Trágico engano. Aliás, essa impressão de paz garantida está entre os fatores que contribuíram para o ressurgimento de robustas faixas de extrema-direita.



Seis lições da COP30 para 2026

» ANDRÉ FERRETTI
Membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza e gerente sênior de Economia da Biodiversidade da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Por ter sido realizada no Brasil, a Conferência das Partes despertou um interesse inédito entre os brasileiros. E, num cenário em que notícias negativas costumam ecoar com mais força do que conquistas, é importante afirmar que a COP30, apesar da insatisfação manifestada com o texto do acordo final, esteve longe de ser decepcionante.

Pelo contrário, Belém entregou resultados expressivos, trouxe surpresas positivas e reforçou a percepção de que estamos avançando, ainda que em um ritmo mais lento do que o desejado, rumo a um novo patamar de ação climática global. Afirmo isso após ter acompanhado presencialmente 19 edições desse encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Destaco o fato de que, pela primeira vez, entrou oficialmente na mesa de negociação um roteiro para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis. A construção de mapas do caminho foi apoiada por mais de 80 países. Essa iniciativa será discutida em uma conferência internacional, organizada pela Colômbia em parceria com a Holanda, a ser realizada em abril de 2026 na cidade colombiana de Santa Marta.

Esse compromisso não é simbólico. Três semanas depois da COP30, o governo brasileiro deu o prazo de 60 dias para que sejam estabelecidas diretrizes para desenvolver uma jornada para uma transição energética justa e planejada, com

vistas à redução da dependência de combustíveis fósseis no Brasil. O governo da Noruega também já divulgou que tomará medida semelhante. É um sinal concreto de mudança: a energia fóssil deixou de ser um tabu diplomático e entrou na rota política oficial.

Entre todas as conferências que acompanhei, nenhum se aproximou do que vimos em Belém no que diz respeito à participação da sociedade. A cidade respirou e transpirou COP30. Praças, universidades, centros culturais, ruas e auditórios lotados mostraram que o tema clima não é mais uma conversa restrita a especialistas e negociadores.

A primeira grande lição da COP30 é justamente o poder da participação popular. Esse movimento genuíno da sociedade civil amplia o entendimento coletivo, fortalece comunidades e eleva nosso nível de maturidade para cobrar a implementação de políticas e compromissos. Participação não é simplesmente fazer barulho: é construir conhecimento, contribuir tecnicamente, acompanhar decisões e manter engajamento cotidiano.

Outra lição foi a priorização absoluta da ação para adaptação climática. O que não poderia ser diferente diante da escalada global de desastres. Foram aprovados 59 indicadores do Objetivo Global de Adaptação, lançado o Acelerador Global de Adaptação para apoiar NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e Planos Nacionais, além da pactuação da meta de triplicar o financiamento até 2035. O desafio agora é criar as condições para que os recursos cheguem aos territórios, às cidades e aos setores produtivos. Sem adaptação, a conta dos impactos será impagável.

O terceiro aprendizado foi a centralidade dada ao oceano, reconhecido como elemento estratégico na agenda climática global. Foram apresentadas quase 500 iniciativas, incluindo os 70 projetos do Blue Package, capazes de responder por até 35% das reduções necessárias de emissões até 2050.

exprimiu arrependimento — numa confirmação tácita que dispensa confissão.

Para quem ainda contava com alguma renovação do discurso político, o que sobrou foi a sempiterna gestão de crises. Assistimos à resurreição de debates antigos, como soberania, nacionalismo, protecionismo. Incansável, o discurso presidencial insiste na velha pregação lulopetista de um Estado forte. Apesar da renovação pela qual passou a Câmara, com a entrada de representantes mais jovens e, esperava-se, portadores de ideias novas, nossa política continua entravada, pouco criativa, distante dos anseios dos eleitores, sempre mais reativa que propositiva. O próprio governo e, em certa medida, também a oposição, jogam para "não perder", com pouco empenho em se preparar para as transformações de 2026.

Assim, vamos nos preparando para as eleições do novo ano, com pouca imaginação e uma dose de temor. O "Centrão" vai se ampliando como força dominante de nosso Congresso, um agrupamento de contornos indefinidos, com parlamentares sem grande que os ligue, unidos tão somente por uma ganância sem freios, indigna de representantes do povo. Esse centro, em que vicejam personalidades amorais e apolíticas, funciona como espaço de contenção, não de liderança.

Se 2025 nos ensinou algo foi que a política não está à beira de uma ruptura, mas está se acomodando num estado crônico de tensão estéril. É possível que 2026 não traga grandes eventos. E talvez seja exatamente isso que devemos temer.

Feliz ano novo a todos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circe.cunha.dj@abr.com.br



Por que o Brasil desperdiça a voz do eleitor

O ano de 2026 será, mais uma vez, um marco na vida política brasileira. Eleições gerais mobilizam milhões de eleitores, envolvem uma complexa máquina institucional e consomem cifras astronômicas dos cofres públicos. Trata-se, sem exagero, de um dos eventos mais caros e logisticamente sofisticados da República. Diante desse cenário, uma pergunta simples e incômoda se impõe: por que o Brasil, ao consultar sua população em um momento de tamanha mobilização cívica, insiste em limitar essa consulta apenas à escolha de nomes, deixando de fora questões centrais que afetam diretamente a vida do cidadão?

A Constituição de 1988 consagrhou o princípio da soberania popular não apenas pelo voto, mas também por meio de instrumentos de democracia direta, como o plebiscito e o referendo. No entanto, passadas quase quatro décadas, esses mecanismos permanecem subutilizados, tratados como exceção, quando deveriam ser regra em temas de alta relevância nacional. O resultado é um distanciamento crescente entre representantes e representados, alimentando a percepção de que decisões fundamentais são tomadas em gabinetes, longe do crivo popular.

O custo elevado das eleições, frequentemente citado como justificativa para não ampliar consultas, na verdade reforça o argumento contrário. Se o país já arca com uma estrutura monumental para ouvir o eleitor, por que não aproveitar essa oportunidade para submetê-lo a decisões que moldam seu cotidiano?

O combate à corrupção é um exemplo. Embora seja frequentemente utilizado como slogan eleitoral, a prática revela um histórico de investigações inconclusas, prescrições convenientes e punições seletivas. A sensação de impunidade mina a credibilidade do Estado e corrói o pacto social. Por que não submeter à população propostas objetivas sobre endurecimento de penas, mudanças processuais ou limites a privilégios legais? Um referendo bem formulado poderia conferir legitimidade popular a reformas que hoje enfrentam resistência justamente entre aqueles que seriam afetados por elas.

A segurança pública, talvez o tema que mais aflige o cidadão comum, segue refém de disputas políticas e de uma fragmentação federativa que dificulta soluções eficazes. Estados e municípios alegam falta de recursos, enquanto a União se esquivava de responsabilidades mais diretas. Um plebiscito poderia esclarecer se a população deseja maior centralização das políticas de segurança, mudanças no sistema penal ou novas diretrizes para atuação das forças policiais. Decidir isso sem ouvir quem vive sob a ameaça cotidiana da violência é um exercício de arrogância institucional.

Já a carga tributária, reconhecidamente elevada e complexa, é outro campo em que o cidadão raramente é ouvido. Reformas tributárias avançam a passos lentos, sempre mediadas por interesses corporativos e setoriais. O contribuinte, que sustenta o Estado, permanece como figurante em decisões que impactam diretamente seu poder de compra e a competitividade da economia. Consultá-lo sobre princípios básicos, como simplificação, limites de tributação ou prioridades de gasto, seria não apenas democrático, mas também pedagógico, fortalecendo a consciência fiscal da sociedade.

Os críticos da democracia direta costumam argumentar que o eleitor não teria informação suficiente para decidir temas complexos. Trata-se de uma visão elitista e contraditória: o mesmo eleitor considerado apto a escolher presidente, governadores e parlamentares seria incapaz de opinar sobre questões que afetam a própria vida? Além disso, plebiscitos e referendos não eliminam o papel do Parlamento; ao contrário, oferecem diretrizes claras para a atuação legislativa, reduzindo o abismo entre vontade popular e ação política.

Há, ainda, o argumento do risco de manipulação emocional ou populista. Esse risco, contudo, não é exclusivo da democracia direta; ele já existe, e em grau elevado nas eleições tradicionais. A diferença é que, em consultas temáticas, a sociedade é chamada a refletir sobre ideias e propostas concretas, e não apenas sobre personalidades ou promessas vagas. Com campanhas informativas equilibradas e fiscalização adequada, o debate tende a amadurecer o eleitorado, e não o contrário.

O Brasil vive uma crise de representatividade profunda. A abstênia cresce, o voto de protesto se banaliza e a confiança nas instituições segue em queda. Ignorar instrumentos que poderiam revitalizar a participação popular é um erro estratégico e democrático. Aproveitar as eleições gerais de 2026 para realizar plebiscitos e referendos sobre temas de primeira ordem seria um gesto de respeito ao cidadão e um passo concreto na direção de uma democracia mais madura.

Democracia não se resume a escolher governantes a cada quatro anos. Ela exige participação contínua, transparência e corresponsabilidade. Ouvir o povo apenas para legitimar o poder, mas não para decidir os rumos do país, é reduzir a soberania popular a um ritual vazio. Em um momento histórico marcado por desconfiança e polarização, ampliar a voz do cidadão não é um risco: é uma necessidade.

» A frase que foi pronunciada

"O governo existe para nos proteger uns dos outros. Onde o governo ultrapassou seus limites foi ao decidir nos proteger de nós mesmos."

Ronald Reagan

» História de Brasília

O IAPC iniciou o serviço de dedetização dos seus blocos nas superquadras 106, 306 e Asa Norte. Já que está com essa disposição, poderia também mandar limpar escadas e corredores, e varrer os periodicamente, já que não se pode exigir que isso seja feito todos os dias. (Publicada em 13/5/1962)